

1 Às 18h16min (dezoito horas e dezesseis minutos), do dia 07 de outubro de 2021, a
2 Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH),
3 Bernadete Quirino Duarte Blaess, abriu a 390ª Sessão Plenária deste Conselho.
4 Pauta: 1) Abertura. 2) Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no
5 Regimento Interno, art. 34. 3) Aprovação das Atas 380 a 387. 4) Informes. 5)
6 Participação da Vereadora Duda Salabert, que apresentará projeto com o tema:
7 Dignidade Menstrual. 6) Discussão acerca da publicização das atas do CME/BH no
8 DOM. 7) Estabelecer uma escuta das escolas da Rede Municipal de Educação (RME),
9 em torno da organização atual: Ensino Híbrido, Calendário, Retorno Presencial e
10 outros. Conselheiros Presentes: Adriana Oliveira Vasconcellos Motta, Ana Cláudia
11 Machado Gonçalves, Ananias Neves Ferreira, Bernadete Quirino Duarte Blaess,
12 Daniela Cristina de Melo e Silva, Daise Aparecida Palhares Diniz Silva, Débora Alves
13 Santos Ferreira, Fábio Aparecido Martins Bezerra, Gabriela Camila Sales de Oliveira,
14 Juvenal Lima Gomes, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, Umbelina Angélica
15 Fernandes, Vânia Gomes Michel Machado e Wanderson Paiva Rocha. Justificou
16 ausência: João Henrique do Amaral. Membros da Secretaria Executiva presentes:
17 Alexander Gonçalves Corradi e Elise Ferreira. Desenvolvimento da Plenária: 1) A
18 Presidente do CME/BH, Bernadete Quirino Duarte Blaess, cumprimentou a todos(as).
19 2) Estabelecimento do teto para término da reunião: indicou-se a referência 21h, que
20 foi aprovado por unanimidade. 3) Aprovação das Atas 380 a 387, que colocadas em
21 votação tiveram 10 (dez) votos a favor e 02 (duas) abstenções, justificadas pela
22 impossibilidade de leitura delas. Ato contínuo a Presidente do CME/BH, pergunta ao
23 Pleno se concordam com a pauta definida pela Mesa Diretora, a saber: Participação
24 da Vereadora Duda Salabert, que apresentará projeto com o tema: Dignidade
25 Menstrual; Discussão acerca da publicização das atas do CME/BH no DOM e
26 Estabelecer uma escuta das escolas da Rede Municipal de Educação, em torno da
27 organização atual: Ensino Híbrido, Calendário, Retorno Presencial e outros. A
28 Conselheira Umbelina Angélica Fernandes afirma que *“no chat há um pedido do*
29 *Douglas para que se discuta a Escola Aberta”*. A presidente ressaltou que Douglas é
30 um *“convidado”* e perguntou ao mesmo de qual segmento pertence. Ao ser informada
31 que *“atua na Rede Privada”*, Bernadete Quirino Duarte Blaess sugeriu que ele entre
32 em contato com o representante do seu segmento, para que este a encaminhe para
33 apreciação da Mesa Diretora - responsável pela definição das pautas e pela
34 organização da Plenária. Ela informou, ainda, que um conselheiro(a) pode sugerir
35 alteração na ordem ou acréscimo de um item na pauta, mas o pleno precisa votar se
36 está de acordo ou não com a inclusão. Afirmou, ainda, que se algum Conselheiro
37 desejar que a pauta sugerida pelo Douglas seja discutida na próxima Plenária,
38 precisaremos discuti-la na próxima Mesa Diretora. A presidente perguntou, em
39 seguida, se a temática da pauta é *“Escola Aberta”* e recebeu como resposta que seria
40 para *“discutir sobre uma reunião que que tiveram com a Subsecretária de*
41 *Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças, Natália Raquel Ribeiro Araújo”*, que
42 segundo informações *“desrespeita as comunidades escolares, quando traz uma ideia*
43 *absurda para as escolas, e, que afetará a comunidade que está perdendo seu espaço*
44 *físico”*. Nesse mento a Presidente do CME/BH pede *“para que seja anotada a*
45 *demanda, que será discutida na próxima Mesa Diretora”*. Douglas afirma em seguida
46 que na Rede Municipal de Educação, atua da Escola Municipal Wladimir de Paula
47 Gomes. Dando prosseguimento Bernadete deu as boas-vindas à Vereadora Duda
48 Salabert, que inicialmente agradeceu a oportunidade de poder participar da plenária
49 do CME/BH, *“por reconhecer sua importância na construção de Políticas Públicas, o*

50 *que a motivou a apresentar o Projeto de Lei, que dispõe sobre as diretrizes para as*
51 *ações de Promoção da Dignidade Menstrual, e, ouvi o que esse órgão tem a dizer”.*
52 *Em seguida informou que “o Projeto foi protocolado em fevereiro do corrente ano, e,*
53 *defende a distribuição gratuita de absorventes nas Escolas Municipais, e, garantia de*
54 *um processo educacional e cultural, uma vez que falar desta temática ainda é um*
55 *grande tabu em várias culturas, inclusive na nossa sociedade”.* Ponderou que a escola
56 tem um papel relevante no fomento da dignidade menstrual, no combate à pobreza
57 menstrual e na garantia da dignidade menstrual. Afirmou que como o projeto tem um
58 impacto orçamentário muito grande - inclusive sendo vetado na esfera nacional – e
59 poderia aqui também ser tratado como inconstitucional. Optou-se então por fazer uma
60 reunião como o Prefeito Alexandre Kalil e apresentar para ele dados que comprovam
61 *“a necessidade de se distribuir absorventes nas escolas municipais”* e o chefe do
62 executivo, que até então desconhecia a realidade das pessoas que menstruam, ficou
63 muito chocado quando se deparou com os números, tais como: *“23% (vinte e três*
64 *por cento) das jovens de 15 (quinze) a 17(dezessete) anos do nosso país não tem*
65 *acesso a produtos de higiene menstrual, e, estima-se em âmbito escolar que as*
66 *pessoas que menstruam perdem em média 40 (quarenta) dias letivos, também, por*
67 *não ter acesso a produtos adequados para higiene menstrual” – daí a urgência dessa*
68 *política pública.* A Vereadora afirmou que *“o prefeito entendeu a urgência do projeto,*
69 *mas ficou reticente em relação a como a sociedade iria trabalhar com esse tema, já*
70 *que é um tabu”,* que recebeu como resposta, *“que a melhor forma de construir uma*
71 *política pública que tangencia um tema que é tabu na sociedade é levar o debate para*
72 *a sociedade, para os conselhos (da Juventude, da Saúde e agora para o da Educação),*
73 *na busca de um maior engajamento acerca do tema”.* Duda Salabert afirmou que
74 nesse período o prefeito achou importante ouvir os principais atores, que são os
75 jovens e as pessoas que atuam no âmbito escolar (diretores, professores). Para tanto
76 foi *“encaminhado um questionário para as escolas da Rede Municipal de Educação,*
77 *como o objetivo de traçar um mapa da realidade da pobreza menstrual em Belo*
78 *Horizonte - afirmou que depois pode mandar os dados para a CME/BH”* e cita que *“90%*
79 *das pessoas entrevistadas disseram que já tiveram que comprar absorventes para dar*
80 *para alunas que não tinham naquele momento e 99% afirmaram que era fundamental*
81 *construir essa política pública em BH, pelo cenário que envolve a pobreza menstrual”.*
82 A Vereadora afirma que gostaria que essa política pública extrapolasse o âmbito
83 escolar, para atingir todas as pessoas que estão em vulnerabilidade, mas frente as
84 dificuldades que poderiam ser colocadas, sobretudo orçamentária, seu Gabinete, na
85 Câmara Municipal de Belo Horizonte (CM/BH), fez um estudo orçamentário que
86 mostrou que o valor da criação dessa política pública era ínfimo – o impacto
87 orçamentário dessa política pública – no valor já aprovado dentro do orçamento para
88 educação – geraria em torno de 0,001%. Afirmou *“não é a questão financeira que*
89 *barraria o projeto”, e sim o fato “os gestores que antecederam, eram homens - que*
90 *não menstruam - e não tinham sensibilidade para a causa” - destacou que “para cada*
91 *aluna o valor acrescido seria de 60,00 (sessenta reais) por ano – 5,00 (cinco reais)*
92 *por mês”.* Destaca que o projeto foi construído e que *“nele se trabalha com a ideia de*
93 *pessoa que menstruam para abarcar as pessoas intersexo e homes trans que também*
94 *destruam.* Desta forma qualquer pessoa que menstrua teria acesso ao absorvente,
95 nas escolas, seja no Ensino Fundamental como na Educação de Jovens e Adultos. A
96 Vereadora afirmou que *“levaram, ainda, para a Prefeitura uma preocupação em*
97 *relação a que absorvente seria disponibilizado” - pensando no impacto ambiental –*
98 *“mas entenderam que o memento agora, em termos estratégico é o de garantir a*

99 *Política Pública, e posteriormente vamos avançar nesse debate e em outros que*
100 *perpassam a dignidade menstrual”. Sinalizou, ainda, que “muitos cientistas políticos*
101 *dizem que a CME/BH, atual, é uma das mais conservadoras e, portanto, é preferível*
102 *não arriscar muito nos debates e garantir a aprovação”. Afirmou que “a proposta é*
103 *distribuir absorventes aos alunos das escolas municipais e discutir a saúde menstrual*
104 *das pessoas”. Afirmou ainda que “cabe à escola aderir ou não ao programa, destacando,*
105 *ainda, que elas têm autonomia de administrar como será feita a distribuição dos*
106 *absorventes – reconhecendo o público que ali está, e, dialogando com a comunidade*
107 *escolar”. Finalizou que “o projeto está na Comissão de Legislação e Justiça da CM/BH,*
108 *e, como ele foi feito pelo executivo vai passar, e, estamos pedindo celeridade, para*
109 *que seja votado o mais rápido possível no Plenário, entendendo que no contexto de*
110 *volta às aulas presenciais a questão da falta de absorventes é mais um dos elementos*
111 *que potencializa a evasão escolar”. A Vereadora afirma, ainda, “que segundo a*
112 *Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 45.000 (quarenta e cinco mil)*
113 *estudantes serão contempladas com esse projeto, e, que quando mais participação e*
114 *apoio popular mais conseguimos sustentar a importância de se criar essa política*
115 *pública em Belo Horizonte”. Destaca, também que o “Projeto de conscientização e*
116 *informação sobre a menstruação, o fornecimento de absorventes higiênicos, e dá*
117 *providências correlatas”, tem como objetivos “a conscientização acerca da*
118 *menstruação, assim como o acesso aos absorventes higiênicos, como fator de*
119 *redução da desigualdade social, visando em especial: o combate a precariedade*
120 *menstrual; promover a atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos*
121 *decorrentes da menstruação; garantir a universalização do acesso, às mulheres*
122 *pobres e extremamente pobres, aos absorventes higiênicos, durante o ciclo*
123 *menstrual”. Em seguida a Presidente do CME/BH agradece a presença da Vereadora*
124 *e pergunta se “existe uma perspectiva de data para aprovação do Projeto? “Se ela*
125 *pode sugerir como o CME/BH poderia atuar, fazendo um coro pela aprovação o*
126 *Projeto”. Duda Salabert informa que “o projeto está na Comissão de Legislação e*
127 *Justiça da CM/BH, para saber se ele é constitucional, deve passar por duas*
128 *comissões, que podem fazer emendas ao projeto, e, posteriormente será levado ao*
129 *Plenário para votação – provavelmente no próximo mês”. Ela afirma, em seguida, que*
130 *“o Conselho da Juventude vai redigir uma carta mostrando que apoiam a construção*
131 *dessa política pública e que o Conselho poderia fazer o mesmo, para inclusive ser*
132 *apresentada no Plenário da Câmara”. Bernadete Quirino Duarte Blaess perguntou,*
133 *em seguida, se algum Conselheiro gostaria de se manifestar. O Conselheiro*
134 *Wanderson Paiva Rocha cumprimentou a todos, e, destacou a importância do Projeto,*
135 *e, por ter sido apresentado do no CME/BH. Ponderou que os dados trazidos pela*
136 *Vereadora são muito importantes, e, que os professores sabem que existem direções*
137 *das escolas de RME tem a sensibilidade com a questão, e, usam recursos das caixas*
138 *escolares para compra de absorventes – “mas não é uma política de governo, conta*
139 *com a boa vontade de quem está na direção das escolas que se atentam a essa*
140 *situação”. Acha “importante que seja uma política longínqua e não só de sensibilidade*
141 *das direções ou prefeitos. – eles passam e as políticas têm que continuar”. Afirmou que*
142 *“esse debate deve polarizar na CM/BH – temos muitos vereadores alinhado ao atual*
143 *Presidente da República. Afirmou que “o projeto, que precisa passar pelo Pleno da*
144 *CM/BH, e, temos que ter um posicionamento firme de apoio ao projeto - tendo em*
145 *vista os dados apresentados – para seja executado e que tenha previsão*
146 *orçamentária”. O conselheiro termina sua fala “parabenizando à Vereadoras e todas*
147 *as pessoas que compõem o mandato e que tiveram a sensibilidade de pensar em uma*

148 *política que seja longínqua - não uma política que seja de sensibilidade de um ou de*
149 *outro” – para que seja uma política de governo. Afirmou, ainda, que “apoia e assina a*
150 *moção de apoio ao Projeto”. Em seguida a Vereadora Duda Salabert agradeceu ao*
151 *Conselheiro Wanderson Paiva Rocha, e, salientou que na primeira conversa com o*
152 *prefeito ele disse: “se não tem absorvente a gente compra e coloca lá”, e, nós*
153 *questionamos da mesma forma que você fez, “afirmando que não queremos uma*
154 *política de governo, mas uma política de estado, daí um Projeto de Lei – primeiro*
155 *passo para criação dessa política pública, que tem que avançar em outros aspectos –*
156 *educacional, oferecendo outros produtos como fraldas para deficientes que*
157 *menstruam”. Afirmou na sequência: “isso é a criação de um programa, que passa*
158 *também por absorventes. Temos que atender ao público diverso, de 09 (nove) ao 15*
159 *(quinze) anos e o EJA - como política pública com lei aprovada”. Na sequência a*
160 *Conselheira Vânia Gomes Michel Machado questiona: “Não seria possível incluir a*
161 *oferta de fraldas as crianças com deficiência menores de 09 (nove) anos precisam*
162 *usá-las?” A Vereadora afirma que “havia uma grande preocupação em garantir a*
163 *criação do projeto de lei, e, que o cenário tendesse à aprovação. Depois do projeto*
164 *aprovado podemos buscar outros avanços, como os que você aponta”. Destaca, em*
165 *seguida: “nosso Gabinete se propõe a fazer esses cálculos e sentar novamente com*
166 *o executivo e apresentar o que você nos trouxe, que também é urgente”. Em seguida*
167 *a Presidente do CME/BH afirma que há duas propostas de encaminhamento: “uma*
168 *assinatura enquanto conselheiros e conselheiras da educação e uma*
169 *carta/manifestação tratando da importância do projeto como Política Pública”.
170 Destacou que “vamos colocar em votação, construção dessa escrita e precisemos de*
171 *algumas informações, para torná-la mais consistente. Buscaremos mais informações*
172 *sobre o projeto, para fazer uma carta que seja realmente consistente, e, que dialogue*
173 *como o conteúdo e com as motivações do projeto, até mesmo com informações e*
174 *dado importantes, que possa nos repassar”. Na sequência, a presidente do CME/BH,*
175 *coloca em votação a execução do encaminhamento, que é aprovamos por*
176 *unanimidade. Dando prosseguimento o Conselheiro Wanderson Paiva Rocha*
177 *relembra que este Conselho tem representação de vários segmentos da sociedade,*
178 *e, afirma ser importante “que a manifestação desse CME/BH seja aprovada por*
179 *unanimidade, pois vai com o aval dos presentes - representando toda a sociedade -*
180 *inclusive a referia Câmara, que aqui tem assento”. Ato Contínuo Bernadete Quirino*
181 *Duarte Blaess reforça que no documento deve constar sua aprovação por*
182 *unanimidade, agradece a participação da Vereadora Duda Salabert que afirma que “a*
183 *participação no CME/BH na construção dessa política pública de direitos humanos é*
184 *fundamental. Relembra que não se trata só de distribuir absorventes, e sim garantir a*
185 *dignidade menstrual”. Informa, ainda, “que vai encaminhar o Projeto de Lei e solicita*
186 *que ele seja replicado para todos”. Na sequência a Conselheira Vânia Gomes Michel*
187 *Machado questiona como será feita escrita referido documento do Conselho de apoio*
188 *ao projeto, que talvez seja votado antes da nossa próxima plenária. A presidente do*
189 *CME/BH se compromete com a escrita inicial do documento que posteriormente*
190 *compartilhará no Grupo de Conselheiros, para todos possam ler e dar suas*
191 *contribuições. Em seguida a Conselheira Gabriela Camila Sales de Oliveira se*
192 *compromete em contribuir com a escrita da manifestação. Bernadete Quirino Duarte*
193 *Blaess, na sequência, “afirma que em respeito à Vereadora, não tratou dos informes,*
194 *e, pergunta se alguém tem algum para dar”. O Conselheiro Juvenal Lima Gomes*
195 *cumprimenta os presentes e destaca que “a Conferência Estadual de Educação irá*
196 *ocorrer no mês de março de 2022”; pontua “que CME/BH faz parte do Fórum Estadual*

197 *Permanente de Educação de Minas Gerais (FEPEMG) e que este Conselho deliberou*
198 *junto com o Fórum Municipal de Educação de Belo Horizonte (FMEBH), que não*
199 *haveria Conferência Municipal de Educação de forma presencial em 2021, e, que*
200 *decidimos pela prorrogação dos nossos mandatos”. Aponta que “habitualmente na*
201 *Conferência Municipal de Educação são escolhidos os representantes que*
202 *participariam da Conferência Estadual de Educação. Conversamos com a presidência*
203 *do FMEBH, que reunirá no próximo dia 19 de outubro, que estudará a proposição de*
204 *uma data para realização da etapa municipal de Belo Horizonte, em que será discutido*
205 *o Plano Estadual de Educação e a escolha dos delegados que serão a representação*
206 *de Belo Horizonte na Conferência Estadual de Educação”. Destaca, ainda, “que o*
207 *Fórum deve propor a data, provavelmente no final de novembro ou início de dezembro*
208 *– eles irão discutir”. Afirma, ainda que “há o desafio e um esforço enorme, que contará*
209 *com a participação de cada um de nós, deste Conselho para que seja feita esta etapa*
210 *de Belo Horizonte de forma a termos nossa representação na Conferência Estadual*
211 *de Educação”. Afirmou, ainda, que “o FME/BH vai discutir a realização da*
212 *atividade/encontro de forma on-line”. A presidente do CME/BH agradece o*
213 *Conselheiro que a antecedeu, pelos informes e afirma que “também participa do*
214 *FEPE/MG, representado este Conselho, e, conversou com Galdina de Souza Arrais -*
215 *atual Coordenadora do citado Fórum Estadual - sobre a necessidade de uma*
216 *articulação entre Conselho e Fórum para organizarmos a etapa Municipal de modo*
217 *que tenhamos uma representação e uma maturidade nas discussões para a etapa*
218 *Estadual”. Destaca que, “como houve uma extensão do prazo para realizamos a Etapa*
219 *Municipal, temos até o dia 18 de fevereiro para realizar a nossa Conferência, com*
220 *risco de janeiro ser um mês que historicamente o Conselho de Educação não se reúne*
221 *por causa do recesso escolar – é um risco pois a mobilização seria muito mais difícil.*
222 *Destaca duas questões: “Teríamos condições de realizar uma Conferência até*
223 *dezembro? Não havendo condições sabemos que temos o risco em janeiro, que é um*
224 *mês nulo para nós. Praticamente pulamos de dezembro para fevereiro. Precisamos*
225 *construir isso numa articulação como o FME/BH”. Em seguida o Conselheiro Juvenal*
226 *Lima Gomes destaca que “essa etapa de Belo Horizonte prepara para a Estadual, que*
227 *por sua vez trabalha na perspectiva de escolha dos delegados e na preparação, dos*
228 *mesmos, tanto para a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAP) – prevista*
229 *para o mês de junho de 2022 - como para a Conferência Nacional de Educação*
230 *(CONAE) - prevista para novembro de 2022. O conselheiro em pauta destaca, ainda,*
231 *que a “Conferência Estadual vai tirar representantes para participas das duas etapas*
232 *nacionais”. Em seguida a presidente informou que o sexto ponto de pauta tratará da*
233 *“discussão acerca da publicização das atas do CME/BH no DOM, que foi sugerida*
234 *pelo Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes”, para o qual passou a palavra. O*
235 *referido Conselheiro afirmou “que se trata de uma matéria de interesse interno, e, tem*
236 *sua devida importância calcada em princípios jurídicos que regem a administração*
237 *pública, principalmente no princípio da publicidade, e, um princípio que nesse*
238 *momento quando, de uma forma bem particular, nos presenciamos a tecnologia da*
239 *informação, que é sustentada pela internet - no início desta semana, onde devido a*
240 *problemas de servidores, literalmente o mundo inteiro foi afetado com a perda de*
241 *informações e de comunicação, ou seja, a perenidade da informação foi prejudicada”.*
242 *Afirma que “realizou estudos em diversos regimentos internos dos Conselhos*
243 *Municipais de Belo Horizonte para verificar como ocorria a publicação dos atos dos*
244 *demais Conselhos – através de consulta aos portais oficiais e no Diário Oficial do*
245 *Município (DOM). Verificou que “existem vários conselhos que já consideram a*

246 *necessidade da publicação das atas de reunião em seus regimentos internos - que já*
247 *normatizaram essa situação, ou seja, em seus regimentos internos existe a*
248 *obrigatoriedade para a publicação das atas de reuniões”. Afirma que “há outros*
249 *conselhos que não preveem estas situações relativas à publicação das atas de*
250 *reuniões, entretanto estas atas são publicadas, na compreensão de que existe a*
251 *necessidade da publicidade destas atas, para a população em geral”. “Existe a*
252 *necessidade da perenidade dessa informação ser garantida”. Destaca que “para quem*
253 *tem o costume de utilizar a internet é muito frustrante quando você acessa*
254 *determinado “link” e aparece o famoso erro 404 – que é uma informação que*
255 *desapareceu. Quantas pessoas aqui já fizeram pós-graduações, na modalidade EAD*
256 *e colocaram em seus trabalhos de conclusão de curso, como referência bibliográfica*
257 *um “link”, que quando acessado pode não ter informação alguma – é o erro 404”.*
258 *Afirma, em seguida, “que é por isso que as normas colocam sempre a questão da*
259 *referência escrita – ela tem a perenidade. Assevera que “a publicação tem a*
260 *perenidade e isso acontece como o DOM, e, é por isso que eu coloco para discussão*
261 *aqui do Conselho uma proposta de que todas as nossas atas de reunião sejam*
262 *publicadas no DOM, inclusive as aprovadas nessa noite serão as primeiras”. Para*
263 *finalizar aponta ainda, que “vários conselhos colocam, inclusive a convocação para as*
264 *reuniões ordinárias e extraordinárias no DOM, ou seja, eles dão publicidade à*
265 *população em geral da matéria que será discutida, situando essa reunião em data e*
266 *horário específico”. Assevera que “isso densifica a importância que é o princípio da*
267 *publicidade ser garantida. Pontua, ainda, “que está é também uma questão*
268 *pedagógica, nós deveríamos seguir também nesse sentido, porque nós somos*
269 *aquelas pessoas que estamos gerando cultura, novos comportamentos, propiciando*
270 *cidadania e o princípio da publicidade é um garantidor da cidadania”. Finalizada a fala,*
271 *a presidente do CME/BH agradece, e, informa que na reunião da Mesa Diretora*
272 *expressou sua opinião, “primeiro um desconhecimento acerca dessa prática de*
273 *publicar todas as atas no DOM” e afirma que “entende a necessidade de uma*
274 *publicação de determinadas atas, dada a natureza do conteúdo discutido”. Outra*
275 *questão que colocou foi “estabelecer comparativamente competências de um e outro*
276 *conselho”, e como exemplo destacou que o Conselho Municipal dos Direitos da*
277 *Criança e do Adolescente que tem um “Fundo, que aprova a disponibilização de*
278 *recursos para as organizações da sociedade civil, registradas, e, com programa(s) de*
279 *proteção e/ou socioeducativo”, e, afirmou que “dependendo do que é discutido em*
280 *plenária realmente há necessidade da publicitação. Afirmou que “o mesmo acontece*
281 *no Conselho de Assistência Social, que aprova os fundos da Política Municipal de*
282 *Assistência Social”. Destacou, ainda, que “nós não temos um fluxo direto para*
283 *publicação de Atas no DOM – quem publica são os órgãos do executivo, portanto, nós*
284 *a cada vez que necessitamos de uma publicação, teremos que fazer uma solicitação*
285 *à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH). Destacou, ainda,*
286 *que no seu entendimento “a natureza do que se publica no DOM são os atos do*
287 *Prefeito, mas pedi à Secretaria Executiva que fizesse uma pesquisa em relação a está*
288 *questão, entendendo que trazer o contraditório é importante para o debate, e, para*
289 *que todos estejam devidamente esclarecidos em relação a este ponto trazido pelo*
290 *Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, de forma a votarmos com segurança.*
291 *Em seguida o Conselheiro Wanderson Paiva Rocha afirma que “é pertinente demanda*
292 *do Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, visto que por mais que se tenha*
293 *uma publicitação na página da Prefeitura das deliberações do CME/BH, é importante*
294 *termos um espaço a mais, para facilitar o acesso da Sociedade Civil Organizada, e,*

295 *ter uma publicidade no Diário Municipal do Município – facilita a divulgação e a*
296 *ampliação das discussões importantes que fazemos aqui, para a nossa cidade.*
297 Pontua, ainda que o “Conselho Municipal do Idoso – colocou o link no chat, a saber:
298 <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/conselhos/idoso> - *dentre as atribuições previstas*
299 *em seu Regimento está a publicização das deliberações tomadas por daquele órgão*
300 *e das atas - é mais um Conselho que de fato torna público atas, na página da PBH e*
301 *no DOM”. Em seguida Bernadete Quirino Duarte Blaess destaca que “o referido*
302 *Conselho também tem um Fundo Municipal”, e, solicita que o Secretário Executivo*
303 *Alexander Gonçalves Corradi “apresentasse a legislação ordinária do município, para*
304 *que possamos, munidos de informações, proceder a votação deste ponto de pauta*
305 *que o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes nos traz”. O supramencionado*
306 *Secretário Executivo leu o disposto na Lei ordinária nº 3470/1993 e na Lei Ordinária*
307 *nº 9492/2008. Finalizada a leitura a Presidente do CME/BH agradece o Secretário*
308 *Executivo, e, informa que fez a solicitação porque “de fato desconhecia qual é a*
309 *natureza das matérias publicadas no DOM. Está aí pela lei, mas há um contraditório,*
310 *já que temos na atualidade conselhos municipais, como os citados aqui, que tem na*
311 *sua rotina a publicação de suas atas no DOM. Marcus Vinícius Lindenberg Fróes*
312 *afirma na sequência, “que é importante que esteja tudo bem explicado, que o resultado*
313 *das minhas pesquisas, ou seja, aquilo que foi apresentado há poucos minutos atrás,*
314 *somente um rol exemplificativo, poderia ter colocado todos os conselhos, mas*
315 *considerarei que a apresentação de 07(sete) já propiciaria uma segurança quanto a*
316 *solução das dúvidas, que já eram presentes entre nós conselheiros(as), e, que a lei*
317 *referente ao DOM corrobora inclusive com a atuação destes, que já promovem a*
318 *divulgação de suas atas de reuniões no referido Diário. O que acontece no curso*
319 *dessas reuniões são sim ações do poder executivo. Nós não somos algo destacado*
320 *da administração pública do município, então, quando damos publicidades ao*
321 *conteúdo destas reuniões, nós também estamos dando publicidade às ações do poder*
322 *executivo. O que está previsto na lei municipal corrobora a defesa que eu faço*
323 *referente à publicação das nossas atas, e, ousou dizer que a convocação para as*
324 *reuniões - apesar delas não terem sido apresentadas nas telas – também, conforme*
325 *constatei, diversos conselhos às publicizam, para que pessoas convidadas, à*
326 *semelhança dos nossos pares que estão aqui – componentes do segmento da*
327 *educação – possam participar e enriquecer esse momento que é previsto, tanto nas*
328 *ordinárias, como nas extraordinárias”. Dando prosseguimento a Conselheira Daise*
329 *Aparecida Palhares Diniz Silva cumprimenta a todos, e, aponta que “também defende*
330 *a publicização das nossas atas, pois é uma forma muito democrática mostrar o que*
331 *nós fazemos aqui. Nós sabemos da importância do Conselho para a nossa cidade, e,*
332 *sabemos, também, o quanto é difícil acessar o Conselho – as pessoas terem*
333 *conhecimento do Conselho – a partir deste momento o som fica ruim e o Conselheiro*
334 *Marcus Vinícius Lindenberg Fróes avisa à Conselheira, que comunica que vai deligar*
335 *sua câmera para ver se assim o som melhora. Na sequência Daise Aparecida*
336 *Palhares Diniz Silva afirma que “defende a publicização das nossas atas e*
337 *convocações, pois é uma forma muito democrática de mostrarmos o que nós fazemos*
338 *aqui. Sabemos da importância do Conselho para a nossa cidade, e, sabemos o quanto*
339 *é difícil acessar o Conselho - as pessoas terem conhecimento do CME/BH, e, do que*
340 *fazemos aqui”. Destaca-se que nesse momento o áudio da Conselheira falha, e, ao*
341 *melhorar, retoma sua fala, afirmando que: “defendo a publicização das nossas atas e*
342 *convocações, pois é uma forma muito democrática de mostrar o que nós fazemos aqui;*
343 *de chamar atenção da população e todos os interessados para as nossas discussões.*

344 Destaca, também, que *“antes de ser conselheira sabia da existência do Conselho, e,*
345 *que ficava na SMED, mas essa não é uma informação que é acessível a toda*
346 *população, mesmo estando no site da Prefeitura. Tem muita gente que não tem*
347 *conhecimento, inclusive pessoas de escolas que não tem conhecimento do que*
348 *fazemos aqui e de como acessar o nosso Conselho.* Novamente o áudio da
349 Conselheira falha, e quando volta a ser audível ela salienta *“a importância das*
350 *publicações, como uma forma chamar a população, os professores, as famílias e*
351 *outros interessado para as nossas discussões e para participar do Conselho”.* Em
352 seguida a Presidente do CME/BH pergunta se mais alguém quer se manifestar sobre
353 a pauta - como não houve nenhuma manifestação - afirma que quer expressar sua
354 opinião do porquê é contrária as publicações, destacando que *“entende que o que é*
355 *necessário ter uma publicização para a cidade, são os nossos atos - manifestos*
356 *pareceres, resoluções, documentos orientadores”.* Destaca que *“em relação às*
357 *nossas atas, entendo que elas já são publicizadas, tanto para fins de registro como*
358 *para fins de pesquisa, no site do Conselho”.* Afirma que *“é mais contrária, ainda, à*
359 *publicação das convocações, primeiro porque temos uma dinâmica de convocação,*
360 *que nem sempre poderia obedecer à antecedência necessária para uma publicação*
361 *do DOM, e, segundo porque hoje nós estamos raciocinando muito em termos de*
362 *plenária virtuais, mas em breve nós voltaremos à sala do Conselho, e, se muitas*
363 *pessoas - por terem visto uma convocação no DOM - resolverem participar, teríamos*
364 *que levar nossa plenárias para o ginásio, pois não caberia na sala que dispomos.*
365 Assevera que o *“Conselho é um espaço por representação, democrático, e, com as*
366 *demais instâncias democráticas deste país - eu acredito que as pessoas eleitas para*
367 *estar nesse CME/BH, fazem isso com muito esmero, representando os segmentos*
368 *que as escolheram para estarem aqui. Afirma que entende que as plenárias devam*
369 *ser publicizadas, e, que esse é um espaço para participação de convidados – hoje*
370 *temos aqui convidados, sempre muito bem-vindos - mas convite acontece a partir da*
371 *representação dos segmentos que aqui estão.* Pondera, ainda, que *“pela própria*
372 *dinâmica do Conselho, não consigo imaginar a viabilidade dessa operacionalização,*
373 *dessa dinâmica de publicar no DOM as convocações para a realização das plenárias*
374 *– temos, por exemplo, uma rotina, de convocar com uma semana de antecedência –*
375 *tempo que não conseguimos publicar as convocações para as plenárias no DOM”.*
376 Afirma que já está expondo, com antecedência, as justificativas do seu voto. Na
377 sequência o Conselheiro Wanderson Paiva Rocha afirma que *é importante separar*
378 *um pouco, para que não pense que se torna uma trava, no sentido de segurar o*
379 *funcionamento deste Conselho, pelo que compreendi da defesa apresentada pelo*
380 *Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, o que se está pedindo, única e*
381 *exclusivamente, é a publicização para além dos espaços que temos - como dito pela*
382 *presidente - hoje é na página da prefeitura, em que tem os conselhos inseridos, para*
383 *que as pessoas possam fazer a consulta.* Afirmou fazendo a publicação temos um
384 espaço maior de participação que *“não significa que o CME/BH vai ter que esperar*
385 *publicar no DOM, para depois fazer suas reuniões ordinárias, pois elas já estão*
386 *preestabelecidas”.* Destacou que *“o prazo lapso temporal das extraordinárias, estas*
387 *sim dificultariam, mas isso não significa que elas só vão ser realizadas se forem*
388 *publicadas no DOM”.* Afirmando, em seguida, que *“o que está se colocando aqui é a*
389 *publicização dos atos e de convocatória e com pauta desse Conselho, bem como a*
390 *publicização, em outros espaços, de nossas atas e deliberações de plenário – isso*
391 *não tem custo, que possa ser um complicador para a Prefeitura. É tão somente ampliar*
392 *a divulgação das ações do Conselho para além do site que temos hoje”.* Afirma,

393 também “que o DOM - como outros conselhos o fazem - é um espaço importante para
394 a cidade, e, para que outros a gentes públicos possam saber as manifestações que
395 iremos fazer, a cada encontro que tivermos”. Afirma em seguida: “não vejo como uma
396 trava, esperar a publicar no DOM, vejo como um ganho a publicização dos atos
397 normativos, das deliberações que por ventura nos tivermos aqui nesse Conselho.
398 Acho que é radicalizar a democracia, no sentido de publicização dos atos deste
399 Conselho – que são deliberações importantes para a nossa cidade. Assevera em
400 seguida: “não encaro como um ato simplesmente burocrático, mas de ocuparmos
401 mais um espaço institucional, através do DOM, das deliberações deste Conselho.
402 Acho que não há ganho maior do que esse para além do site, que a gente sabe que
403 precisaria de uma divulgação melhor para ser mais acessado. Afirma, ainda, que “os
404 servidores e a sociedade têm acesso ao DOM, e, tendo definições sobre o Conselho,
405 acho que isso vai ser um ganho grande para divulgação das deliberações desse
406 Órgão”. Afirma em seguida: “faço aqui a defesa que os conselheiros e conselheiras,
407 possam nos acompanhar nesse intuito de radicalizar a informação e a democracia
408 desse nosso Conselho”. Dando prosseguimento a Presidente do Conselho agradece
409 o conselheiro que a antecedeu, e, afirma que “será importantíssimo que se essa
410 definição for aprovada, que todos os conselheiros(as), também, se dediquem à leitura
411 das atas, para propor as devidas correções, antes das publicações irem para o DOM”.
412 Nesse momento Conselheiro Wanderson Paiva Rocha, afirma que “entendeu como
413 ironia a última fala da Persistente, pelo fato no momento da votação das atas ter se
414 abster - espero que tenha entendido errado”. Bernadete Quirino Duarte Blaess afirma
415 “que foi uma coincidência a sua abstenção com a minha fala. Não fiz uma ironia, o
416 que eu falo é realmente muito sério, porque eu tenho a obrigação de lê-las, todas as
417 vezes, antes que sejam encaminhadas aos conselheiros, e, para aprovação no pleno,
418 muitas vez tenho dificuldades de compreender determinadas colocações, mesmo
419 porque a Secretaria Executiva tem um trabalho hercúleo de fazer a escrita, a partir
420 das gravações, e, muitas vezes fica confuso o entendimento eles escrevem a partir
421 do que conseguem registrar, por meio da escuta das gravações. Desta forma é sempre
422 bom que as pessoas leiam, façam correções nas suas falas, e, ajudem na escrita
423 desse texto, de forma correta, principalmente se nós definirmos pela publicação
424 destas atas no DOM – isso é de fato, muito importante - precisamos nos
425 corresponsabilizarmos nesse processo da escrita, fidedigna e compreensível, para
426 quem vai ler as nossas atas - assevera que é trabalhoso, exige muita dedicação e
427 tempo, e, salienta que às vezes uma vírgula muda, totalmente, o sentido de uma frase”.
428 Antes de encerrar sua fala, a presidente pede novamente desculpas ao Conselheiro
429 Wanderson Paiva Rocha, e, assevera: “você foi honesto ao se abster e em afirmar
430 que o fez por não ter tido condições de ler as atas, assim como fez a Conselheira
431 Umbelina Angélica Fernandes”. Em seguida o Wanderson Paiva Rocha afirma que
432 fica satisfeito, agradece, e, justifica aos presentes que está de “licença núpcias” -
433 tendo viajado – “por este motivo abstrai das redes sociais e e-mail e não li as atas –
434 optei por justificar, porque se estiver publicado no DOM as pessoas não vão me cobrar
435 o motivo da abstenção”. A Presidente do CME/BH, em seguida, afirma que a causa é
436 muito justa, deseja felicidades para o casal. Afirma, na sequência, que “se a proposta
437 for aprovada, de acordo com o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, já
438 haverá publicação a partir deste momento - mas não sem antes vocês revisarem”.
439 Pergunta em seguida se “há uma vinculação entre publicação de convocações para
440 as plenárias e atas, ou se a proposta é “publicação das atas”? Afirma que entende
441 que é só “publicação das atas”, apesar de ter aparecido na fala da Daise Aparecida

442 *Palhares Diniz Silva, uma defesa, também, pela publicação das convocações para as*
443 *plenárias, afirmando quer estar devidamente esclarecida, para proceder a votação. O*
444 *Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, afirma em seguida, “que serão duas*
445 *votações – primeira no gênero e segunda na espécie - no primeiro momento seria a*
446 *questão de “vamos realizar as publicações no DOM, a partir de hoje?”, sim ou não, e,*
447 *no segundo momento seria “somente as atas ou as atas mais as convocações para*
448 *as reuniões?”.* Na sequência a Presidente do CME/BH pediu que o referido
449 *conselheiro “desenhasse” a proposta tal como entende ser necessário nesse*
450 *momento, e, se houver uma contraproposta que ela também seja apresentada. O*
451 *Conselheiro afirmou que a primeira votação, sendo aprovado, automaticamente as*
452 *atas já serão publicadas. Na segunda votação seria incluir “a convocação para as*
453 *nossa plenárias – ordinárias e extraordinárias”.* Bernadete Quirino Duarte Blaess
454 *reitera que teremos duas votações, uma desvinculada da outra, ou seja, primeiro*
455 *votamos a proposta de publicar no DOM todas as atas deste conselho, e, logo após,*
456 *votamos se publicamos, também, as convocações, pois os votos podem ser distintos*
457 *para uma e outra proposta”.* Acordada a dinâmica, passou-se à votação, a saber:
458 *“Quem é a favor e quem é contra a publicação das atas no DOM” – Apurados dos*
459 *votos, proposta foi aprovada com 08 (oito) votos a favor, 03 (três) contrário e 01 (uma)*
460 *abstenção. Ato contínuo, passou-se para a segunda votação, a saber: favorável ou*
461 *contrário à proposta de publicação no DOM das convocações para as plenárias –*
462 *Apurados os votos, verificou-se 08 (oito) votos contrários e 04 (quatro) favoráveis. A*
463 *Presidente do CME/BH destaca, então, que fica aprovado, a partir de hoje a*
464 *publicação no DOM, das Atas do CME/BH no DOM – incluindo as aprovadas nesta*
465 *noite, e, solicita a gentileza de quem não as leu, que o façam e sinalizarem se houver*
466 *alguma incorreção, que precisa ser revista.* Em seguida o Conselheiro Ananias Neves
467 *Ferreira, afirma que entende que “a ser publicada as atas, a desta sessão, a partir*
468 *desta sessão, as atas anteriores não”.* O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg
469 *destacou, “minha fala foi no sentido de dar a publicidade inclusive às atas que estão*
470 *sendo aprovadas hoje, porque a publicidade se dará a partir desta aprovação das atas.*
471 *Então os efeitos dessa nossa deliberação serão retroativos, inclusive, ao momento*
472 *nos quais nós deliberamos nestas atas. Mas o que eu coloco em mente, é que hoje*
473 *nós aprovamos as atas, e a partir do momento que o conteúdo destas atas foi*
474 *aprovado, deverá ser dada a publicidade desses conteúdos também”.* Em seguida a
475 *presidente destaca que se inscreveram os conselheiros Wanderson Paiva Rocha e*
476 *Juvenal Lima Gomes. O primeiro, inscrito, “parabeniza os conselheiros e conselheiras,*
477 *e, afirma que foi um ponto importante a publicização das atas - ao que teríamos que*
478 *ver aqui, para tentar chegar a um acordo, eu compreendo que o que o Marcus coloca,*
479 *seria a publicização tão somente desta ata, ela ficaria como uma certa dificuldade, até*
480 *mesmo para o leitor que não teve acesso as atas anteriores, tão somente faria uma*
481 *publicação de algo que as pessoas não tiveram acesso no interior do conteúdo das*
482 *mesmas” pondera, ainda, “se não seria importante ter a publicização das mesmas*
483 *com a aprovação deste Pleno do Conselho, que automaticamente, na próxima reunião,*
484 *votaremos a deliberação de hoje, mas que se possa estar ou nessa ata de agora a*
485 *cópia, também, das atas que foram aprovadas por esse plenário – não sei se consegui*
486 *me tornar claro, no sentido de que concordo com o Senhor Ananias Neves Ferreira,*
487 *quando ele diz da ata de hoje, mas seria importante que a publicação da deliberação*
488 *de hoje constasse cópia também das atas que foram aprovadas na plenária de hoje”.*
489 *Em seguida o Conselheiro Juvenal Lima Gomes afirma: “eu entendo Marcus e*
490 *Wanderson, a questão da importância da decisão que está sendo tomada de*

491 publicação, mas compreendendo a questão de ordem apresentada pelo Dr. Ananias
492 Neves Ferreira, e, até para que possamos ser bastante objetivos nesse ponto, uma
493 vez decidido hoje, a publicação se refere aos atos futuros, ou seja, essa ata da reunião
494 de hoje - do que será discutido e deliberado hoje - seria efetivamente a primeira a ser
495 publicada. As anteriores, a não ser que seja apresentada para uma nova votação, da
496 publicação das que foram apresentadas aqui. Mas como efeito prático, daquilo que foi
497 deliberado, é que a partir desta aprovação, a ata desta reunião será publicada no DOM.
498 Caso haja o interesse de apresentação dessa nova proposta, de que as atas
499 aprovadas hoje sejam já publicadas no DOM, eu avalio que seria uma outra proposta,
500 mas por uma questão de objetividade, e, não há prejuízo àquilo que se decidiu aqui,
501 por uma objetividade da reunião que tratássemos da publicação a partir desta plenária.
502 Em seguida Bernadete pergunta se “podemos concluir que essa publicação se dará a
503 partir da plenária de hoje? É isso?” Ato contínuo o Conselheiro Ananias Neves Ferreira
504 afirma: “esse é o entendimento – à medida que hoje é que foi deliberado que as atas
505 serão publicadas, na ata de hoje deverá constar que foram aprovadas as Atas 380,
506 381, 382, 383, 384, 385, 386 e 387. Ela é a ata que vai ser publicada. A Presidente afirma
507 “que também entende assim, pois quem entrar em contato com uma ata publicada
508 pela primeira vez, precisa ter este contexto, ou seja, que na data de hoje, na plenária
509 de hoje foi votado que a partir deste momento as atas deste Conselho serão
510 publicadas no DOM – acredito que este contexto é importante. Na sequência a
511 Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz Silva aponta que “na fala do Conselheiro
512 Marcus Vinícius Lindenberg, logo que fez a proposta, ele disse que era a publicação
513 das atas aprovadas nesta plenária”. Afirma “eu votei sabendo que estávamos votando
514 a aprovação da publicação das atas aprovadas nesta plenária. Ele disse isso na fala
515 dele. Talvez não tenha ficado entendido para todo mundo, mas isso foi dito”.
516 Bernadete Quirino Duarte Blaess afirma que tinha entendido assim também, por isso
517 eu pedi aos Conselheiros(as) que não tivessem lido as atas, que pudesse fazê-lo
518 antes delas seguirem para publicação. Assevera que ao dizer isso, o Doutor Ananias
519 Neves Ferreira, pediu a fala, por ter outro entendimento, e, me parece que o
520 Conselheiro Juvenal Lima Gomes também – pede desculpas ao Wanderson Paiva
521 Rocha afirmando que “foi no momento que eu me ausentei, por isso não sei qual a
522 sua defesa, mas me parece que há, também, uma defesa da importância de se ter
523 este contexto - de que nesta plenária foi votado esta medida, outrora não adorada.
524 Então esse demarcador temporal é importante para quem entrar em contato com as
525 atas do Conselho, pela primeira vez, publicadas em um Diário Oficial do Município”.
526 Afirma que “nós precisamos definir isso aqui, porque é uma decisão simples - é
527 possível um consenso, para que a gente não gaste muito tempo em cima deste ponto,
528 pois temos uma pauta importante para ser vencida”. A Presidente, na sequência,
529 passa a palavra para o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg, que assevera “que a
530 colocação da Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz Silva é muito importante,
531 por que inclusive na transcrição da minha fala terá este registro, de que no início da
532 minha defesa referente ao ponto 06 (seis), eu deixei de uma forma muito explicitadas,
533 inclusive sendo respeitada a publicidade das atas que foram aprovadas hoje”. Então
534 houve essa vinculação referente à proposta”. A presidente, na sequência, “pontua que
535 houve a vinculação, assim votamos, assim foi aprovado, então a partir deste momento
536 as atas aprovadas nesta plenária, e, a ata desta plenária serão publicadas no DOM”.
537 Solicita, em seguida que “os conselheiros leiam as atas e caso percebam alguma
538 inconsistência ou incorreção no conteúdo das atas, que façam esta revisão, para que
539 possamos solicitar a publicação no DOM”. Na sequência passou a palavra para o

540 Conselheiro Wanderson Paiva Rocha, que disse que nesse caso, a “partir da votação
541 que houve, quero refazer meu voto, no sentido da abstenção para aprovação da ata,
542 e, caso tenha algo que não reflita, eu apresento, mas pelo que foi anotado e a
543 presidência falou do trabalho que é feito pela equipe técnica do Conselho, eu só faria
544 destaque se assim o fizesse. Eu acredito que não teria, mas prefiro o voto de
545 abstenção na aprovação das atas, com esse adendo que você colocou sobre se tiver
546 alguma mudança ou não – que não mude o conteúdo, mas uma correção”. Bernadete
547 Quirino Duarte Blaess afirma que “é uma correção, e, nunca no sentido de mudar o
548 conteúdo, de rever a fala – não é isso – até porque fica tudo gravado, e, a ata que
549 eles fazem é a partir do que está gravado. Pontua, ainda, “que às vezes tem uma
550 palavra que fica inaudível, e, a construção da frase fica comprometida – é nesse
551 sentido. Ato contínuo a Presidente passa a palavra para o Conselheiro Juvenal Lima
552 Gomes afirma “por uma questão de conferência, nós estamos tratando sempre desta
553 ata publicada, após aprovada em plenária - só para que todos tenham isso claro, e,
554 não corremos o risco de alguém achar que haveria uma publicação de uma ata que
555 não seja aprovada – que fique claro que somente as aprovadas em plenária serão
556 publicadas no DOM. Pondera que essa sua fala se dá em função daqueles que são
557 externos ao Conselho. A Presidente do CME/BH destaca que “isso é de lei – uma ata
558 só é publicizada após ser aprovada em plenária”. Exemplifica dizendo que, em função
559 da prorrogação dos nossos mandatos, o Gabinete solicitou a ata em que havia sido
560 aprovada esta decisão, a partir do parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM),
561 e, tive que informá-los que o Conselho não pode tornar pública essa ata, porque ela
562 não foi aprovada em plenária. Eles imaginaram que ela teria sido aprovada na Plenária
563 que teria acontecido na semana passada, e formei que ela não ocorreu por falta de
564 quórum, portanto ela não pode se tornar pública, porque não foi aprovada em plenária.
565 Dando prosseguimento o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg sugere, “que no
566 sentido de densificar o princípio da publicidade, que daqui em diante nós tenhamos
567 um campo fixo nas atas, remetendo o hiperlink, onde poderão ser conferidas as atas
568 e demais documentos que são produzidos pelo CME/BH, já que termos esta
569 publicação no DOM, termos aí uma oportunidade especial para de poder também dar
570 publicidade a mais essa fonte de informação pra a população”. Bernadete Quirino
571 Duarte Blaess, afirma “que não vê nenhum problema em relação a está questão –
572 lembrando que os nossos documentos Orientadores foram publicados com esse hiper
573 links” uma vez que fazemos referências a outros documentos. Dado prosseguimento,
574 a presidente afirma que “vamos passar para o nosso último ponto de pauta, que é
575 estabelecer uma escuta das escolas da Rede Municipal de Educação, em torno da
576 organização atual: Ensino Híbrido, Calendário, Retorno Presencial e outros.
577 Bernadete Quirino Duarte Blaess destaca que “essa pauta foi sugerida pelo segmento
578 dos Trabalhadores em educação da Rede Municipal de Educação, e, eu passo a
579 palavra para quem quiser discorrer sobre ela. Na sequência a Conselheira Daise
580 Aparecida Palhares Diniz Silva, que representa o referido segmento, afirma “que
581 solicitou a inclusão desta pauta na nossa Plenária, pois tem sido muito complicado
582 estar na escola, com todas as mudanças que têm ocorrido, quase que semanalmente,
583 pela SMED”. Afirma que “fez o convite para Evangely Maria Oliveira Rodrigues
584 Albertini, diretora do SindRede BH, que por sua vez estendeu este convite a outro(as)
585 colegas, que estão aqui conosco. Destacou que um grupo de professora fez uma carta
586 direcionada à Secretária Municipal de Educação, Ângela Imaculada Loureiro de
587 Freitas Dalben e ao nosso Prefeito Alexandre Kalil – repassada para a presidente do
588 CME/BH - que trata da forma como estamos vendo/vivenciando as mudanças na

589 escola”. Destaca que “vai ler a referida carta e que em seguida passará a palavra para
590 que outros(as) colegas representantes, para que também possam se manifestar. “Belo
591 Horizonte, 16 de setembro de 2021 Sra. Ângela Dalben e Sr. Alexandre Kalil, Estamos
592 usando este tratamento porque queremos conversar francamente com vocês. Somos
593 professoras de escola pública de educação infantil da cidade, e sempre lutamos por
594 uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Acreditamos que ainda
595 conseguiremos essa educação em nossa cidade e em nosso país. Começando nossa
596 conversa, por acaso vocês têm noção do que está acontecendo com a educação
597 pública da cidade? É uma pergunta retórica, pois vocês são os responsáveis por esta
598 política. Desde 2018, com a justificativa de ampliar o atendimento a qualquer custo,
599 vocês tem precarizado a educação de nossa cidade, principalmente a educação
600 infantil. Retirando direitos das professoras, diminuindo atendimento, deixando a MGS
601 definir rumos do atendimento às crianças com deficiência e com a falta de funcionários
602 necessários para o bom funcionamento das escolas. Com a justificativa de autonomia
603 das escolas, vocês deixaram grandes problemas que precisavam de um rumo central
604 nas mãos das direções, como o atendimento remoto durante a pandemia. E por falar
605 em pandemia, esta foi a justificativa ideal para que vocês precarizassem ainda mais a
606 educação na cidade e sempre a educação infantil. A falta de respeito com as crianças,
607 famílias e professoras continua. Desde o início da pandemia a educação não teve
608 planejamento, ficamos sem saber o que fazer na escola, ficamos sem saber como
609 ficariam nossos filhos. Tivemos que nos reinventar, sozinhas, no coletivo da escola, e
610 não tivemos apoio, nem materialidade de vocês, e assim foi, sem apoio que
611 continuamos. E sem diálogo, vocês não aceitaram conversar com ninguém, com
612 associação, nem com os movimentos sociais, não responderam ao conselho, não
613 aceitaram conversar com sindicato. No momento do retorno presencial, a educação
614 infantil foi cobaia, as professoras tiveram que ir trabalhar sem vacinar, sem segurança
615 alguma e ainda as que fizeram a greve sanitária, ou seja, que continuaram com o
616 teletrabalho foram prejudicadas, temos algumas colegas nesta situação em nosso
617 grupo. O prejuízo do corte de salário será para nossas famílias, para nossos filhos,
618 pois como profissionais, continuamos lutando, não nos derrubaram. Vocês não têm
619 preocupação alguma com o que está acontecendo nas escolas, dentro das salas de
620 aula, não estão preocupados com a acolhida das crianças, suas famílias e dos
621 profissionais das escolas. Desde a reabertura, vocês têm mantido o caos nas escolas.
622 Todo dia, toda semana somos comunicadas, pela mídia, que alguma coisa vai mudar
623 e vai afetar nosso trabalho e nossas vidas. E se alguma de nós se levanta contra,
624 somos chamadas de vagabundas, acusadas de que não queremos trabalhar, como
625 vocês fizeram conosco durante a greve. Estão aproveitando o momento para retirar
626 ainda mais direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Inventaram, depois da greve,
627 que podiam dividir nosso horário de sala de aula e de extraclasse, ou horário de
628 projeto e café. Nos colocaram dentro de sala de aula 4h direto, com 15 minutos para
629 ir ao banheiro, e nosso horário de projeto para ser feito dentro de casa. E ainda temos
630 de escutar de alguns profissionais que não estão na escola, que podemos ser
631 convocadas a qualquer momento e em qualquer dia e horário, já que estamos “apenas”
632 15h na escola, sob pena de termos o ponto cortado. E agora a novidade é que o
633 professor não tem mais direito nem aos 15 minutos. Por acaso vocês trabalham dessa
634 forma? E a organização por bolhas? Totalmente furada, desde o início. Com a
635 justificativa de que não poderiam colocar duas professoras por turma, retiraram a
636 segunda referência das turmas, mas as auxiliares podem ir em todas as turmas para
637 cobrir buracos. E toda semana as bolhas mudam, com a desculpa de não deixar

638 *bolhas vazias. As crianças não conseguem criar vínculos com as professoras, e estas*
639 *não conseguem dar continuidade aos trabalhos. Agora, mais uma vez vamos trocar*
640 *as bolhas, que já tiveram outras professoras durante esse curto período de retorno*
641 *presencial. As dificuldades de adaptação das crianças, os trabalhos que estamos*
642 *desenvolvendo não são levados em conta. As crianças são apenas números, as*
643 *famílias são votos e as professoras não são nada para vocês. A novidade agora é*
644 *aumentar os dias de atendimento, às custas de juntar mais bolhas, desmontar mais*
645 *uma vez o trabalho que se iniciou com a turma, mais uma vez a criança vai ter que se*
646 *acostumar com outra professora. Vocês não têm preocupação alguma com o trabalho*
647 *pedagógico que está sendo desenvolvido com as crianças. Trabalhamos na*
648 *insegurança. Não sabemos se vamos chegar na escola e ainda estaremos com nossa*
649 *turma, se será uma turma nova ou se ainda estaremos na escola. O atendimento*
650 *remoto virou piada para vocês, as crianças de famílias mais vulneráveis são as mais*
651 *prejudicadas, e a culpa recai sobre a professora (o) que não tem a materialidade*
652 *necessária em sua casa para o trabalho, pois a escola também não tem. E o pouco*
653 *que tem, pouquíssimos computadores, ainda tem que disponibilizar para os*
654 *funcionários da MGS marcarem o ponto. A luta por uma educação pública, gratuita,*
655 *laica e de qualidade está cada vez mais difícil, ainda mais quando temos governos*
656 *que estão na contramão desse direito, como está sendo o de vocês. Mas a luta*
657 *continua, e continuamos lutando, sem desistir nunca, mesmo com todos os ataques*
658 *que sofremos. Não esperamos por uma resposta, esperamos por uma mudança de*
659 *ações, que as crianças sejam o foco da política educacional do município realmente,*
660 *e que nós professoras, sejamos tratadas com respeito e com a garantia de nossos*
661 *direitos”. Finalizada a leitura, a Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz Silva*
662 *informa que “assinaram a carta, mais de 600 (seiscentas) professoras”, e, informa que*
663 *“quando ela foi feita, ainda não tinha saído essa mudança que teve nessa semana.*
664 *Afirma que “na escola em que trabalho nós, ainda, nem terminamos de organizar, de*
665 *avisar as famílias do atendimento que já tinha sido exigido de nós – para que*
666 *mudássemos o atendimento – e já veio outro”. Assevera que “há muitos problemas*
667 *por conta de todas as mudanças que a SMED/BH vem fazendo nas escolas, sem*
668 *considerar o trabalho pedagógico, que está sendo desenvolvido nas salas de aula”.*
669 *Afirma que “a carta pinça um pouquinho dos problemas, é uma fala do grupo de*
670 *professoras e abre para que outras professoras possam falar das realidades de outras*
671 *escolas”. Destaca: “que o a gente gostaria muito é de sermos respeitadas, serem*
672 *respeitados os nossos trabalhos, o nosso projeto, o nosso planejamento”. Acentua*
673 *que “temos que escutar que “se um professor reivindicar os seus 15 (quinze) minutos,*
674 *para sair mais cedo, ainda pode tomar uma advertência”. Frisa que “esse retorno está*
675 *sendo totalmente desrespeitoso com as famílias, com as crianças principalmente, e*
676 *conosco - os professoras e professores. Finalizada a fala a Presidente do CME/BH,*
677 *agradece a Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz Silva pelo relato que trouxe*
678 *e pergunta se há inscrições. Pergunta “se alguém gostaria de se manifestar/comentar,*
679 *e, afirma que nós temos que entender, também, o que se espera do CME/BH, neste*
680 *contexto. Qual seria o encaminhamento endereçado para o Conselho, dentro das*
681 *competências que temos, ou seja, no limite das quais podemos atuar. A Conselheira*
682 *que antecedeu afirma: “Eu queria trazer isso aqui, porque acho que aqui é um lugar*
683 *onde a gente precisa discutir. Trouxe as professoras convidadas para que possam*
684 *relatar sobre isso, mas eu penso que talvez a gente poderia cobrar da SMED, um*
685 *posicionamento em relação a isso, ou um compromisso em conversar conosco e*
686 *acertar algumas coisas em relação a, por exemplo, agora que teve essa portaria de*

687 *ontem, que acabou o distanciamento nas turmas, que é 100 % (cem por cento) do*
688 *retorno das crianças para as salas de aula, não justifica a gente fazer como a forma*
689 *que está sendo feita com os professores, professor ficar todo esse tempo e ainda*
690 *oferecer até extensão de jornada”. Na continuidade de sua manifestação, a*
691 *Conselheira sugere cobrar um posicionamento da SMED em estabelecer diálogo com*
692 *a categoria de trabalhadores em educação, disse haver supressão do horário de*
693 *planejamento, onde tem sido oferecido, segundo ela: “extensão de jornada para cobrir*
694 *um horário que seria esse planejamento, eu acho que a gente poderia cobrar porque*
695 *eu não sei mas seria por esse caminho mesmo, esse posicionamento, um*
696 *compromisso da SMED em relação a isso, um diálogo realmente democrático,*
697 *realmente de escuta, penso que você vem por aí, talvez não seria uma coisa que*
698 *terminasse imediatamente, agora, mas chamar para conversar”. Continuou a*
699 *Conselheira, *ipsis litteris*: “Realmente quando a gente vai falar sobre isso quando*
700 *sindicato vai falar alguma coisa sobre isso, é esse tratamento que tem, não tem*
701 *diálogo, o diálogo realmente de escuta de acerto de interesses, de concordância com*
702 *alguma coisa. Eu acho que a gente poderia talvez trilhar por aí, de ter essa cobrança*
703 *de pelo menos respeito em relação a gente, pensa que às vezes eu tenho a impressão*
704 *de que parece que a SMED e as gerências, não sabem o que acontece dentro das*
705 *escolas, eu sei que pode parecer absurdo falar isso, mas todos somos professores,*
706 *quem está na SMED também é professor, também é de sala de aula, já estive em*
707 *sala de aula, vai retornar um dia, né! Mas tem algumas coisas, algumas orientações*
708 *que parece que são de pessoas que não tem conhecimento da educação, muito*
709 *menos de educação infantil. Então a gente manter esse diálogo e fazer esses*
710 *compromissos com quem tá lá no chão da escola. Quando a gente fala aqui de*
711 *Democracia, do diálogo e tudo mais, mas isso não tem ocorrido, como a gente sabe*
712 *que não tem ocorrido, porque a Prefeitura não abre, não abre caminho. Não abriu com*
713 *o Conselho pra gente poder discutir e tudo mais, não abre com o sindicato, não abre*
714 *o movimento social, que eu também sou do Fórum de Educação Infantil e do Fórum*
715 *Mineiro de Educação Infantil, e que já fez indicativas de conversa, de diálogo com a*
716 *SMED e que nem foi respondido. Essa carta também nem teve resposta, não teve*
717 *assim o mínimo de resposta de qualquer parte, foi enviada esta carta, este grupo de*
718 *professoras enviou para a Secretária, enviou para o Kalil, enviou para o Ministério*
719 *Público, enviou para a defensoria, tivemos retorno só da defensoria, não tivemos*
720 *nenhum retorno da SMED. Gostaríamos deste compromisso, desta escuta e desse*
721 *acerto de ações juntamente conosco, a partir do chão da escola”. De volta a fala, a*
722 *Presidente do CME/BH, deu voz à uma munícipe que participou como convidada, Sra.*
723 *Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini, que iniciou a fala cumprimentando a*
724 *todos e todas. Em síntese, disse a convidada: a) agradece o convite da Conselheira*
725 *Daise Aparecida Palhares Diniz Silva, para a conversa desta noite; b) concorda com*
726 *a fala da Conselheira, de que a carta foi muito importante para externalizar problemas*
727 *que já vem acontecendo, desde o ano passado; c) que na reunião do dia 28/09, com*
728 *o governo, não ficou acertada a derrubada das medidas de distanciamento na sala de*
729 *aula; d) existir quadro reduzido de servidores na Educação Infantil, que fica ainda mais*
730 *comprometido com a retomada de todos os alunos às salas de aulas; e) que as ações*
731 *estão sendo feitas sem o preparo, sem condição de organização das escolas,*
732 *necessárias para esse retorno, falta gente dentro da escola; f) que preocupa-se com*
733 *o prejuízo na aprendizagem das crianças, devido a rotatividade de profissionais, o que*
734 *pode comprometer os vínculos necessários na Educação Infantil; g) que a satisfação*
735 *dessa aprendizagem da criança, juntamente com a família, não está sendo levado em*

736 consideração; h) a volta maciça às aulas, sem que as crianças todas estejam
737 imunizadas; i) que retornar com todas as crianças para a sala de aula e não recompor
738 o quadro de professores para as escolas, descumpra a Resolução 001/2015 do
739 CME/BH; j) que um mesmo profissional da educação, tem permanecido por quatro
740 horas contínuas no mesmo grupamento de estudantes; k) da inviabilidade de
741 manutenção dos protocolos de distanciamento, devido às turmas lotadas; l) que não
742 houve apoio para a inclusão digital de nossos estudantes; m) que não houve subsídio
743 para custear o trabalho digital dos trabalhadores em educação; n) que a busca ativa
744 realizada pelas unidades educacionais, foi esforço dos trabalhadores em educação;
745 o) que não foi apresentado o plano para solução da defasagem de aprendizado dos
746 alunos; p) que garantia de aplicação da lei, na eleição de diretores de escola, é
747 essencial, pois garante a possibilidade de dois mandatos consecutivos, depois o
748 interstício. Concluída a fala, a Presidente deu voz à Conselheira Débora Alves Santos
749 Ferreira Ribeiro, que manifestou nos seguintes termos, *ipsis litteris*: “Essa questão das
750 surpresas né, que a gente tem sido diariamente atacadas com as demandas da SMED,
751 minha sala já tem 16 crianças, que provavelmente no dia 18 já encho com as 20
752 crianças, que minha turma são de 4 anos, então assim, semana passada eu estava
753 de licença também com suspeita de covid, com todos os sintomas que eu e meu filho,
754 também, ele estuda na mesma escola que eu trabalho. Essa semana, uma auxiliar
755 que me acompanha na sala está de licença, também, com sintomas gripais, então eu
756 vejo assim, a escola está muito, muito, muito cheia, ainda mais com o fundamental.
757 As crianças não conseguem manter distanciamento e com a demanda da sala mais
758 cheia, isso faz com o contágio e o contato com as crianças seja maior. Então, estamos
759 caminhando para o final do ano, como a Evangely disse, a organização ainda estava
760 sendo feita, e agora a gente vai ter que refazer essa organização, as turmas vão ter
761 que ser todas refeitas, vamos agregar mais crianças que, às vezes nem eram, quer
762 dizer, as crianças que eram do remoto vão permanecer no remoto, pois as famílias
763 têm uma posição. Estamos recebendo várias demandas de matrículas novas, de
764 crianças, que tão vindo pela primeira vez na escola. Eu acho que isso também é um
765 agravante, a gente precisa de diálogo, só que a gente quer mesmo é o diálogo. Então
766 acho que o Conselho, ele tem essa capacidade de pedir, esse diálogo, fazer essa
767 mediação para esse diálogo. É isso que eu também vejo e concordo com a Deise,
768 quando a gente fala que a gente tá precisando do diálogo, para a gente não ser pego
769 de surpresa e tentar organizar, e ter como ponto principal a criança, o direito à
770 educação e o direito delas receberem uma educação de qualidade na escola. A gente
771 poder fazer e desenvolver o trabalho que a gente gosta, que a gente estudou tanto e
772 estuda para isso”. Em novo aparte, a Conselheira Deise Aparecida Palhares Diniz
773 Silva, manifestou que, vejamos: “penso que não é só pedir um diálogo, houve uma
774 reunião com sindicato um dia antes de sair essa portaria, eu quero dizer que fizemos
775 o diálogo, ele foi feito, mas que se firme esse compromisso, que a gente saiba do que
776 vai acontecer, não precisa de todas as professoras da cidade saberem de tudo que
777 vai acontecer, mas a gente precisa de ter uma organização. As demandas, demandas
778 não, essas ordens da SMED não podem chegar da forma que estão chegando na
779 escola. A cada duas semanas, uma mudança, as turmas têm que mudar, as bolhas
780 têm que mudar, junta bolha, separa bolha, isso não pode continuar acontecendo dessa
781 forma. E agora a escola fica desacreditada, que a sua amiga vem falar, poxa, mas
782 vocês não conseguem nem se organizar! Cada dia é uma organização diferente,
783 vocês não estão dando conta nem de fazer isso? Não acho então que é só um pedido
784 de diálogo, como foi colocado é uma construção coletiva mesmo, com a gente que

785 está na escola”. De volta à fala, a Presidente do CME/BH franqueou nova manifestação
786 à munícipe Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini, que se manifestou, em breve
787 síntese, vejamos: a) vê excesso de escrituração, retrabalho do que já foi feito nas
788 unidades escolares; b) o monitoramento da aprendizagem dos alunos, associado a
789 esse retrabalho, deixa a dúvida: será que isso vai recuperar a aprendizagem dos
790 alunos? Que ficaram com defasagens, sem nenhuma oportunidade de aprendizagem
791 durante dois anos praticamente na rede Municipal de Belo Horizonte? Entende que
792 não; c) considera que o retrabalho prejudica o planejamento do professor; d) o
793 Conselho tem que avaliar “quais são os instrumentos que a Prefeitura está usando
794 para fazer um diagnóstico de rede, se ela quer fazer um diagnóstico para constar para
795 alguém, para mostrar que fez, ou se ela realmente quer realmente recuperar a
796 aprendizagem desses alunos; e) o Ensino Fundamental também precisa de espaço,
797 porque a garantia de turmas menores para fazer processo de aprendizagem mais
798 significativa, é necessário nesse momento; f) disse que lutamos para manter a
799 qualidade do ensino, das condições de trabalho e segurança. De volta à condução
800 dos trabalhos, a Presidente franqueou a fala a outra munícipe, mãe de alunos da rede
801 pública municipal, Pollyana do Amaral Ferreira, que manifestou, em síntese: a) disse
802 ter sensação de estarmos sempre falando a mesma coisa, sem a devida atenção do
803 poder público; b) vê o Conselho como um órgão do controle social e que é fiscalizador;
804 c) considera que o CME/BH tem papel de garantir que as normativas e o direito à
805 educação, sejam contemplados; d) para se garantir o direito à educação das crianças
806 e de todos os estudantes, precisamos ter professoras, professores e trabalhadores
807 em educação, que sejam valorizados, bem remunerados, que tenham condições
808 dignas de trabalho. Além de serem respeitados os seus direitos trabalhistas; e)
809 informou que houve a formação de um Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação
810 da Defensoria Pública, houve esforço no sentido de tentar levantar esses dados, de
811 definir alguns indicadores para um diagnóstico do que está acontecendo na educação
812 do município; f) que o GT tinha como meta, a partir das informações obtidas, fazer um
813 planejamento e pensar ações concretas na área da educação e no resgate da
814 aprendizagem dos estudantes; g) que não existe um padrão para o trabalho, cada
815 escola adotou formas diferentes de lidar com a gestão do aprendizado dos estudantes,
816 para o pós-pandemia; h) que percebe um abandono do atendimento remoto; i) para
817 a sociedade, parece que estão todos os alunos na escola, mas não estão; j) que a
818 SMED abandonou o GT, sem nenhum aviso antecipado. De volta a fala, a Presidente
819 se manifestou sobre as considerações tecidas pela munícipe, vejamos *ipsis litteris*:
820 “Preciso dizer algumas coisas aqui também, eu não vou debater sobre a legitimidade
821 do que vocês colocaram aqui, são reivindicações legítimas. Mas precisamos entender
822 o que é para o Conselho, o que que é discussão de Fórum Permanente de Educação,
823 o que que é discussão de Sindicato. Por que nós temos diferentes espaços, é
824 importante inclusive resguardar as competências e o *status quo* de cada um desses
825 espaços. Porque, se um toma o lugar do outro, não assume o lugar que lhe compete,
826 a sua função precípua. Eu acho que isso é algo que a gente precisa ter muito claro,
827 nós temos locais para discutirmos política de Recursos Humanos (RH), nós temos
828 locais para as reivindicações sindicais, nós temos locais para o debate pedagógico,
829 nós temos a competência do Conselho, que inclusive, tem sob sua responsabilidade
830 a discussão do Sistema Municipal de Educação (SME), e que, portanto, não é uma
831 discussão que restringe somente ao ambiente da Rede Própria. Até mesmo em
832 respeito a este Sistema, e aos demais representantes, não podemos tomar para si
833 esse espaço para as discussões tangíveis à Rede Própria. Preciso ter este cuidado,

834 e preciso também, construir junto com vocês, os encaminhamentos necessários e que
835 dialogam com as questões que vocês trazem e que estão no âmbito das competências
836 do CME/BH. Todas estas questões estão interligadas, que todas elas estão inter-
837 relacionadas, eu não tenho a menor dúvida, mas se a gente for puxar esse fio, a
838 conexão vai muito além. Estamos falando de vulnerabilidade social, então tem
839 conexão com a Assistência Social, a gente está falando de saúde, tem uma conexão
840 com a política de saúde, estas questões estão todas inter-relacionadas, mas é preciso
841 que a gente resguarde uma atuação do Conselho dentro do que é/são as
842 competências deste Conselho, muito do que vocês trazem, eu entendo ser
843 competência deste Conselho, mas a gente precisa fazer um desenho melhor do
844 encaminhamento até para que a resposta ao Conselho também venha adequada à
845 demanda. Se a gente não organiza com clareza qual é a nossa demanda, qual é a
846 nossa solicitação, a resposta pode vir de qualquer jeito, a partir de qualquer
847 entendimento. Então a gente precisa cercar isso, de modo que a resposta venha
848 guardando similaridade com o que é a demanda e a necessidade. Então, eu preciso
849 que a gente dê conta desse encaminhamento até para que a gente também cerque
850 com objetividade o que se espera que venha do outro lado. Eu concordo que é diálogo
851 sempre salutar e desejável, mas a gente precisa definir os pontos que nós queremos
852 que sejam trazidos nesse diálogo. Isso eu acho que é importante, outra coisa que eu
853 gostaria de destacar, são as demandas para o Conselho, elas também têm ido ao
854 infinito, a gente tem muitas coisas que precisam ser tratadas, e todas elas
855 importantíssimas. A gente tem, ainda, uma discussão de Resolução do Ensino
856 Fundamental, que está pendente, as questões de um Regimento Interno, que está
857 pendente porque ele é omissivo em muitos aspectos; a gente tem essas questões todas
858 relacionadas ao ano contínuo, ao direito de aprendizagem que são discussões
859 pedagógicas e que a gente precisa discutir. Só que neste contexto, a gente também
860 priorizou aquelas questões que precisavam de tratamentos mais urgentes, dentro do
861 contexto que nós estávamos experimentando, e experimentando sem ter referências
862 e outras normativas e outras experiências, porque nenhum de nós viemos prontos
863 com bagagem para viver uma pandemia. Eu preciso ressaltar aqui, como já foi dito
864 em muitos outros momentos, que este Conselho trabalhou muito nessa pandemia,
865 construiu documentos e notas técnicas importantíssimas para vivência nesta
866 pandemia. Sem referenciais inclusive, porque foi a primeira vez que nós atuamos
867 neste contexto, o nosso primeiro documento orientador inclusive, ele foi publicado com
868 pouquíssima referência normativa e com pouquíssima experiência e trajetória. Então
869 eu preciso dizer, nós temos ainda muito trabalho a ser feito, muito, sempre, sempre, é
870 o que justifica a nossa existência. Mas, não posso admitir também, um tom de
871 cobrança como se nós não tivéssemos nos responsabilizados por aquilo que era
872 nossa competência e as nossas prioridades no contexto pandêmico. Esse Conselho
873 trabalhou muito, temos ainda muito trabalho pela frente e que bom!” A Presidente
874 então, estabeleceu duas questões de ordem, a primeira é votar pela extensão do
875 prazo da plenária, a segunda, construir os encaminhamentos em torno das colocações
876 feitas até o momento. A proposta de estabelecimento do teto, até às 21h30min,
877 podendo terminar antes melhor, alcançados todos os objetivos propostos. A
878 Presidente teceu pontos para construção do encaminhamento das discussões, em
879 síntese: a) enquanto Conselho Municipal de Educação, não posso partir do princípio
880 de que há descumprimento de portaria; b) não posso considerar algo verdade, tendo
881 ouvido apenas uma das partes; c) podemos indagar sobre a Portaria mas não afirmar
882 que ela está sendo descumprida ; d) vê a necessidade de formulação de um conjunto

883 de questionamentos, dentro do que é competência do CME/BH, para direcionarmos
884 um ofício à SMED; e) questionou ao Pleno, se pediremos neste ofício, a ser redigido,
885 se convidaremos uma representante do gabinete, para dialogar sobre possíveis
886 dúvidas. Neste momento, após manifestação dos Conselheiros no *chat* da sala virtual,
887 aprovou-se à unanimidade, pela extensão desta Sessão Plenária Ordinária, até o teto
888 de 21h30min. Novamente a Presidente franqueou a fala à Conselheira Daise
889 Aparecida Palhares Diniz Silva, que se manifestou *ipsis litteris*: “eu penso que
890 realmente é uma questão muito importante para gente finalizar tão rápido. Eu penso
891 que talvez esse ofício, um convite para a gente conversar aqui. Também concordo que
892 a gente não pode chegar já acusando dessa forma, por mais que a gente veja isso
893 acontecer na escola, isso que foi colocado aqui, a gente já não pode chegar. Eu acho
894 que aqui vai ter espaço realmente ao diálogo e da tentativa de construção, de alguns
895 anseios. Em relação às falas, de forma nenhuma eu desconsiderarei o trabalho que nós
896 fizemos no Conselho, acho que são importantíssimos. Penso sim, que a gente deva
897 fazer esse ofício, chamar para um diálogo, para essa conversa e proponho até de que
898 amplie a conversa, pois eu penso que somos três redes, e as questões importantes
899 de cada rede tem de ser debatidas, tem de ser direcionadas para uma solução. Por
900 mais que não seja só a Rede Municipal, ela faz parte da nossa rede e ela vai impactar
901 diretamente nos resultados, na aprendizagem, precisamos sim acertar essas coisas,
902 mas eu proponho sim, que façamos o ofício com os questionamentos, façamos o
903 convite e estendemos para que sejam chamados outros convidados que são
904 representadas aqui”. Feitas as considerações, a Presidente passou a fazer uma
905 síntese dos aspectos a se tratar em ofício: a) qual o planejamento para o presencial 5
906 dias da semana, e a concomitância do ensino híbrido?; b) como como tem sido tratado
907 os protocolos sanitários no ambiente escolar?; c) como está a questão da aquisição
908 dos equipamentos de proteção individual?; d) como está planejado o *continuum* de
909 aprendizagem 2020/2021?, que é uma questão pedagógica importantíssima, inclusive
910 o documento orientador do CME/BH trata disso; e) como está a busca ativa de
911 estudantes que ainda não retornaram aos estudos?; f) qual o planejamento para o
912 retorno, a ampliação do retorno presencial para o 5 (cinco) dias e a concomitância
913 como ensino híbrido?; g) qual o planejamento, tanto do ponto de vista do quadro de
914 professores, quanto do ponto de vista do monitoramento das aprendizagens? A
915 Presidente, após apontamento dos pontos supramencionados, deu voz ao
916 Conselheiro Wanderson Paiva Rocha, este considerou que a Presidente conseguiu
917 captar bem os encaminhamentos, considera que as denúncias que apareceram
918 devem ser transformadas em questionamentos para que a SMED possa se posicionar,
919 deve-se atentar, também, que com a pandemia houve uma adequação da legislação
920 nacional que deverá ser levada em conta. Considera importante que a SMED possa
921 nos responder como ficará a proporção de alunos em sala de aula, diante da volta do
922 atendimento em 100%, seja por ofício ou estando presente na próxima plenária para
923 que esses esclarecimentos possam ser esclarecidos. Preocupa-se em entender
924 melhor a questão do retorno presencial em maior proporção, teme que seja uma
925 estratégia para enfraquecer o ensino remoto, retirando o direito da família, que neste
926 momento tenha optado por ele. Lembrou que o vírus não acabou e, neste viés, o
927 ensino remoto deve ser mantido como uma opção aos estudantes que ainda
928 desejarem mantê-lo. A Presidente, de volta a fala, lembrou ainda da perspectiva do
929 *continuum*, que vai exigir a concomitância do presencial e do remoto, ou seja, entende
930 que o questionamento deva ser em torno do ensino híbrido. Por fim, propôs identificar
931 os pontos de questionamento e, junto com Secretaria Executiva, dedicar-se à escrita

932 de ofício, cujo conteúdo seria encaminhado para os Conselheiros antes do envio à SMED,
933 de forma a possibilitar avaliação do documento, se ele está a contento, se atende aos
934 questionamentos ora apresentados. O Pleno do CME/BH, manifestou-se “de acordo”
935 com a proposta, por meio do chat da reunião. Às **21h15min**, a Presidente do **CME/BH**,
936 Bernadete Quirino Duarte Blaess, encerrou a Sessão Plenária Ordinária, agradecendo
937 a presença de todos. O registro dessa Sessão foi feito pela Secretaria Executiva do
938 CME/BH e a gravação, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados, por um
939 período de 15 dias a partir da data desta plenária. _____